

realizadas fora da sua instituição de origem, a participação em painéis de avaliação de projectos e centros de investigação, a participação em comissões científicas de conferências, a criação e a participação no corpo editorial de jornais científicos internacionais, a atribuição de prémios científicos, a participação em redes de investigação e o exercício de cargos de direcção de sociedades científicas e profissionais de referência nas respectivas áreas.

4) O impacto social e económico da actividade científica desenvolvida. Deve ser dada particular atenção aos resultados alcançados em transferência de tecnologia e criação de empresas de base tecnológica.

#### Mérito Pedagógico (MP) — 25 %:

1) A actividade pedagógica do candidato tendo em atenção a capacidade de dinamizar e coordenar projectos pedagógicos, tais como o desenvolvimento de novos programas de disciplinas, a criação e coordenação de novos cursos ou programas de estudos, a reforma de disciplinas já existentes, a participação em órgãos de gestão pedagógica e a realização de projectos com impacto no processo de ensino/aprendizagem;

2) A produção de material pedagógico realizada pelo candidato, nomeadamente livros, artigos em publicações de índole pedagógica e documentos de apoio aos alunos nas suas várias formas e suportes;

3) A docência de disciplinas enquadradas em diferentes tipos de ciclos de estudos — licenciatura, mestrado, programas de doutoramento, cursos de pós-graduação e escolas de verão nacionais e internacionais;

4) A qualidade da actividade lectiva, a qual deverá apoiar-se tanto quanto possível numa análise objectiva dessa actividade. Com este objectivo, o júri poderá recorrer a informação disponibilizada pelos candidatos, nomeadamente através de relatórios de avaliação pedagógica realizada pelos seus pares, e do resultado de inquéritos pedagógicos.

#### Mérito Pedagógico e Científico do Relatório — (MPCR) — 10 %:

Na avaliação do Mérito Pedagógico e Científico do Relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias de uma unidade curricular da área disciplinar, ou áreas disciplinares, a que se refere o concurso serão considerados:

- 1) A clareza da sua estrutura e a qualidade de exposição;
- 2) A actualidade científica do conteúdo e a adequação do programa proposto, incluindo a análise do impacto de futuras evoluções tecnológicas;
- 3) A actualidade das metodologias de ensino/aprendizagem propostas;
- 4) A bibliografia recomendada e a qualidade dos comentários sobre ela produzidos;
- 5) A análise crítica das experiências pedagógicas em que tenha estado envolvido;
- 6) A análise crítica estratégias alternativas de ensino/aprendizagem que tenha considerado;
- 7) O grau de inovação introduzido.

#### Mérito de Outras Actividades Relevantes (MOAR) — 5 %:

A participação e desempenho em órgãos de gestão das instituições em que esteve integrado. A participação e desempenho de tarefas atribuídas por órgãos de gestão das instituições a que esteve vinculado e que se incluem no âmbito da actividade de docente universitário. A participação e desempenho de tarefas de extensão universitária e de divulgação científica. O desempenho de tarefas de valorização económica e social do conhecimento, nomeadamente através de prestações de serviços à comunidade.

Cada membro do júri efectuará o seu exercício de avaliação, pontuando cada candidato em relação a cada critério na escala numérica de 0 a 100 pontos. As ponderações atribuídas aos critérios e indicadores específicos são os constantes da tabela seguinte:

Critério	Ponderação de critério	Forma de cálculo da nota do critério
Mérito científico (MC) . . . . .	$P_{MC}$	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 (MC) atribuindo de 0 a 70 pontos aos indicadores específicos 1 e 2 e de 0 30 pontos aos indicadores específicos 3 e 4 referidos no artigo 7.º
Mérito pedagógico (MP) . . . . .	$P_{MP}$	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 (MC) atribuindo de 0 a 50 pontos aos indicadores específicos 1 e 2 e de 0 50 pontos aos indicadores específicos 3 e 4 referidos no artigo 7.º
Mérito pedagógico e científico do relatório . . . .	$P_{MPCR}$	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 pontos (MPCR).
Mérito de outras actividades relevantes para a UNL	$P_{MOAR}$	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 pontos (MOAR).

#### IV — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente: Prof. Doutor José Esteves Pereira, Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências.

Vogais:

Doutor Sebastião José Formosinho Sanches Simões, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Doutor Hugh Douglas Burrows, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Doutor José Artur Martinho Simões, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Doutora Sílvia Marília de Brito Costa, Professora Catedrática do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Manuel Luís Magalhães Nunes da Ponte, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Fernando Jorge da Silva Pina, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

#### V — Avaliação das candidaturas:

1 — Terminado o prazo das candidaturas, reúne-se o júri para avaliação e ordenação dos candidatos. No caso de haver exclusão de algum dos candidatos, proceder-se-á à audiência prévia, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Apreciadas as respostas dos candidatos excluídos e após a respectiva deliberação, ou no caso da admissão da totalidade dos candidatos, o júri procederá à avaliação e ordenação dos mesmos, à luz dos critérios mencionados no número III.

3 — No que respeita à ordenação final dos candidatos, cada membro do júri faz o seu exercício avaliativo, pontuando cada candidato, com

uma pontuação final (N) que adoptará para seriação dos candidatos, calculada através da seguinte expressão:

$$N = P_{MC} * MC + P_{MP} * MP + P_{MOAR} * MOAR + P_{MPCR} * MPCR$$

VI — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente Edital.

4 de Outubro de 2011. — O Reitor, *Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas*.

205200689

#### Edital n.º 964/2011

Nos termos do artigo 39.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31/08/2009, o Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas, por despacho de vinte e um de Julho de dois mil e onze, faz saber que está aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste Edital no D. R., para recrutamento de 1 posto de trabalho de Professor Catedrático na Área Disciplinar de História da Tecnologia e da Engenharia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

O presente concurso é documental, tem carácter internacional e rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do referido Estatuto, bem como pelo Regulamento de Concursos da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL, publicados em Anexo aos Regulamentos n.º 687/2010 (D.R., 2.ª série n.º 158, de 16 de Agosto) e 98/2011 (D.R., 2.ª série n.º 27, de 08 de Fevereiro) respectivamente.

I — Em conformidade com o que determina o referido Estatuto da Carreira Docente Universitária, é requisito para a candidatura ao concurso em apreço, nos termos do art.º 40.º:

- a) Ser titular do grau de doutor há mais de 5 anos;
- b) Ser detentor do título de agregado.

II — Os candidatos apresentarão os seus requerimentos de preferência em suporte digital, presencialmente na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, sita no *Campus* de Campolide, 1099-085 Lisboa, por via postal ou através de correio electrónico, em formulário disponível na Divisão de Concursos e Provas Académicas e *on line*.

O processo de candidatura deverá ser instruído com a documentação a seguir indicada:

- a) Documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos exigidos no número I;
- b) Declaração do tempo de serviço após a obtenção do grau de doutor;
- c) 07 Exemplares em suporte digital do *curriculum vitae*. Este deve incluir uma parte inicial intitulada declaração de compromisso com o desenvolvimento da carreira (research and teaching statement) onde o candidato se apresenta;
- d) 07 Exemplares em suporte digital das publicações associadas a trabalhos (3 a 8) citados na declaração de compromisso com o desenvolvimento da carreira (research and teaching statement);
- e) Se o candidato não for de nacionalidade portuguesa ou de um país cuja língua oficial seja o português ou o inglês, certificação reconhecida internacionalmente do domínio da língua inglesa a um nível que permita a leccionação nessa língua;
- f) Declaração sob compromisso de honra, de que se o júri optar por solicitar a documentação indicada nas alíneas b), c) d) e e) ou qualquer outra documentação científica citada no *curriculum vitae* do candidato, em suporte de papel, a mesma será entregue em 10 dias úteis.

Os documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de recrutamento em funções públicas, podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento/formulário, disponível na Divisão Académica da Reitoria da UNL e *on-line*, relativamente aos candidatos pertencentes a uma das suas Unidades Orgânicas.

Os candidatos que não pertencem às Unidades Orgânicas da U.N.L., devem apresentar o comprovativo da posse dos requisitos exigidos.

Os candidatos deverão entregar, dentro do prazo referido no preâmbulo deste Edital, os seus requerimentos/formulários instruídos com os documentos mencionados neste Aviso de Abertura.

III — Os critérios e indicadores de avaliação, com vista à avaliação e seriação dos candidatos, que mereceram a aprovação do júri, são os seguintes:

#### A — Avaliação do Desempenho Científico. Ponderação (65 %)

1) A produção científica realizada (livros, capítulos de livro, artigos em jornais científicos, comunicações em conferências, patentes, e outras formas de produção científica que sejam consideradas como relevantes pelo júri), em termos da sua qualidade e quantidade, valorizada pelo impacto e reconhecimento junto da comunidade científica. Deverá ser valorizado o mérito científico de candidatos cuja produção científica revele autonomia e liderança científica. O

impacto e reconhecimento da produção científica dos candidatos poderão ser aferidos pela qualidade dos locais de publicação e apresentação dos seus trabalhos, e pelas referências que lhes são feitas por outros autores;

2) A capacidade de organizar e liderar equipas científicas, angariar projectos, assim como a actividade revelada na orientação de formação avançada (mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos);

3) O reconhecimento científico nacional e internacional revelado pelo curriculum do candidato, através da análise de diversos factores, entre os quais se incluem a participação em júris de provas académicas realizadas fora da sua instituição de origem, a participação em painéis de avaliação de projectos e centros de investigação, a participação em comissões científicas de conferências, a criação e a participação no corpo editorial de jornais científicos internacionais, a atribuição de prémios científicos, a participação em redes de investigação e o exercício de cargos de direcção de sociedades científicas e profissionais de referência nas respectivas áreas.

4) O impacto social e económico da actividade científica desenvolvida. Deve ser dada particular atenção aos resultados alcançados em transferência de tecnologia e criação de empresas de base tecnológica.

#### B — Capacidade Pedagógica. Ponderação: (30 %)

1) A actividade pedagógica do candidato tendo em atenção a capacidade de dinamizar e coordenar projectos pedagógicos, tais como o desenvolvimento de novos programas de disciplinas, a criação e coordenação de novos cursos ou programas de estudos, a reforma de disciplinas já existentes, a participação em órgãos de gestão pedagógica e a realização de projectos com impacto no processo de ensino/aprendizagem.

2) A produção de material pedagógico realizada pelo candidato, nomeadamente livros, artigos em publicações de índole pedagógica e documentos de apoio aos alunos nas suas várias formas e suportes.

3) A docência de disciplinas enquadradas em diferentes tipos de ciclos de estudos — licenciatura, mestrado, programas de doutoramento, cursos de pós-graduação e escolas de verão nacionais e internacionais.

4) A qualidade da actividade lectiva, a qual deverá apoiar-se tanto quanto possível numa análise objectiva dessa actividade. Com este objectivo, o júri poderá recorrer à informação disponibilizada pelos candidatos, nomeadamente através de relatórios de avaliação pedagógica realizada pelos seus pares, e do resultado de inquéritos pedagógicos.

#### C — Outras Actividades Relevantes para a Missão da Instituição de Ensino Superior. Ponderação (05 %)

A participação e desempenho em órgãos de gestão das instituições em que esteve integrado. A participação e desempenho de tarefas atribuídas por órgãos de gestão das instituições a que esteve vinculado e que se incluem no âmbito da actividade de docente universitário. A participação e desempenho de tarefas de extensão universitária e de divulgação científica. O desempenho de tarefas de valorização económica e social do conhecimento, nomeadamente através de prestações de serviços à comunidade.

Cada membro do júri efectuará o seu exercício de avaliação, pontuando cada candidato em relação a cada critério na escala numérica de 0 a 100 pontos. As ponderações atribuídas aos critérios e indicadores específicos são os constantes da tabela seguinte:

Critério	Ponderação do critério	Forma de cálculo da nota do critério
Mérito científico (MC) . . . . .	P <sub>MC</sub>	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 (MC) atribuindo de 0 a 70 pontos aos indicadores específicos 1 e 2 e de 0 30 pontos aos indicadores específicos 3 e 4 referidos no artigo 7.º do Regulamento n.º 98/2011.
Mérito pedagógico (MP) . . . . .	P <sub>MP</sub>	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 (MC) atribuindo de 0 a 50 pontos aos indicadores específicos 1 e 2 e de 0 50 pontos aos indicadores específicos 3 e 4 referidos no artigo 7.º do Regulamento n.º 98/2011.
Mérito de outras actividades relevantes para a UNL	P <sub>MOAR</sub>	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 pontos (MOAR).

As actas do júri onde constam os parâmetros de avaliação, respectiva ponderação e os indicadores, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

IV — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente: Prof. Doutor José Esteves Pereira, Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências.

Vogais:

Doutor António Marinho Amorim da Costa, Professor Catedrático Jubilado, da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Doutor Cândido Marciano da Silva, Professor Catedrático Aposentado, da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Pascal Griset, Professeur des Universités — Histoire des Techniques — Paris-Sorbonne (Paris IV);

Doutora Bernadette Bensaude-Vincent, Professeur des Universités — Université Paris I (Panthéon-Sorbonne);

Doutor Manuel Silva Suárez, Professor Catedrático do Centro Politécnico Superior, Universidad de Zaragoza;

Doutor António Manuel Dias de Sá Nunes dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

V — Avaliação das candidaturas

1 — Terminado o prazo das candidaturas, reúne-se o júri para avaliação e ordenação dos candidatos. No caso de haver exclusão de algum dos candidatos, proceder-se-á à audiência prévia, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Apreciadas as respostas dos candidatos excluídos e após a respectiva deliberação, ou no caso da admissão da totalidade dos candidatos, o júri procederá à avaliação e ordenação dos mesmos, à luz dos critérios mencionados no número IV.

VI — Em cumprimento da alínea *h*) do art.º 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente Edital.

4 de Outubro de 2011. — O Reitor, *Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas*.

205200875

## Faculdade de Ciências Médicas

### Despacho (extracto) n.º 13698/2011

Por despacho de 21 de Setembro de 2011, do Reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Foi autorizada a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado à Doutora Ana Luísa Trigo da Silva, após avaliação do período experimental, nos termos do artigo 25.º do ECDU, como Professora Auxiliar desta Faculdade, com a remuneração correspondente ao índice 195 da tabela aplicável aos docentes universitários.

(Isento de fiscalização prévia do T.C.)

6 de Outubro de 2011. — O Director, *Prof. Doutor J. M. Caldas de Almeida*.

205202916

## Faculdade de Economia

### Despacho n.º 13699/2011

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, no âmbito da competência própria do Director, prevista nas alíneas *c*), *d*), *l*) e *m*) do artigo 8.º dos Estatutos da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, aprovados pelo Despacho n.º 3486/2009, publicado no DR, 2.ª série, de 27 de Janeiro, e das atribuições e competências previstas no Regulamento dos Serviços da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, (FEUNL) aprovado pelo Despacho (extracto) n.º 27258/2009, publicado

no DR, 2.ª série, de 18 de Dezembro de 2009, deogo nos Subdirectores da Faculdade:

1 — Prof. Doutor João Manuel Gonçalves Amaro de Matos a capacidade necessária para supervisão e autorização de assuntos correntes da Área de Assuntos Internacionais, Acreditações Internacionais, Rankings e recrutamento de docentes;

2 — Prof. Doutor Avelino Miguel da Mota de Pina e Cunha a capacidade necessária para supervisão e autorização de assuntos correntes da área do Programa de MBA conjunto com a UCP;

3 — Prof. Doutor Daniel Abel Monteiro Palhares Traça a capacidade necessária para supervisão e autorização de assuntos correntes da Área de Estudos Pré-Experiência, previstos no artigo 3.º do Regulamento dos Serviços da FEUNL, em articulação com o conselho científico e o conselho pedagógico;

4 — Lic. Fernanda Maria de Andrade Viegas da Gama Vieira a capacidade necessária para supervisão e autorização de assuntos correntes da Área de Serviços de Apoio à Gestão, constituída pela direcção de serviços de recursos humanos, direcção de serviços de gestão financeira, direcção de serviços de documentação, núcleo de projectos, logística e manutenção, centro de tecnologias de informação e gabinete de apoio a docentes, previstos nos artigos 2.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 10.º do Regulamento dos Serviços da FEUNL.

5 — Deogo nos Subdirectores acima referidos todos os actos relativos à gestão de férias, faltas e licenças do pessoal não docente os serviços que lhes estejam cometidos pelos pontos anteriores, devendo para este efeito observar-se os procedimentos de controlo prévio junto da DSRH.

6 — O Subdirector Prof. Doutor João Manuel Gonçalves Amaro de Matos substitui o Director da Faculdade nas suas faltas e impedimentos.

Consideram-se ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes agora delegados, tenham sido entretanto praticados pelos Subdirectores supra-identificados desde a data de nomeação até à publicação do presente Despacho no *Diário da República*.

4 de Outubro de 2011. — O Director, *José António Ferreira Machado*.

205201222

## UNIVERSIDADE DO PORTO

### Faculdade de Engenharia

#### Aviso (extracto) n.º 20231/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que o Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Doutor Joaquim Azevedo Figueiras, cessou funções por motivo de aposentação, a partir de 01 de Outubro de 2011.

4 de Outubro de 2011. — O Director da FEUP, *Sebastião José Cabral Feyer de Azevedo*.

205197466

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

### Despacho n.º 13700/2011

#### Alteração ao Regulamento de Bolsas de Investigação Científica do Instituto Politécnico de Leiria

Considerando:

*a*) Que a actual redacção do n.º 5 do artigo 21.º do Regulamento das Bolsas de Investigação Científica do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) — Regulamento n.º 39/2005, alterado pelo Despacho n.º 3163/2009, e alterado pelo Despacho n.º 238/10 de 07.12.2010, republicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3 de 05.01.2011, apenas impede que o bolseiro seja simultaneamente beneficiário de qualquer outra bolsa para o mesmo fim, e excepto quando se estabeleça acordo de conformidade entre as entidades financiadoras;

*b*) Que importa adequar a redacção da alínea *g*) do artigo 15.º que estabelece os documentos de suporte de candidatura, à actual redacção do n.º 5 do artigo 21.º;